

SP refinancia R\$ 50 bi e fica sem o Banespa

Covas vai aprofundar programa de austeridade

Liliana Enriqueta Lavoratti
e Ricardo Allan Medeiros
de Brasília

Com uma engenharia financeira envolvendo R\$ 50,4 bilhões de refinanciamento de dívidas do Estado de São Paulo junto à União, o governo federal conseguiu, ao mesmo tempo, equacionar as dificuldades do Banespa e impor ao governo paulista um forte ajuste fiscal em suas contas. "Não vai ser fácil honrar os compromissos, mas vamos aprofundar o programa de austeridade já em andamento", afirmou ontem o governador Mário Covas depois da assinatura dos 13 contratos.

A melhora nas contas dos estados é fundamental para que o governo federal veja



Mário Covas

cumprida sua meta de obter, neste ano, um superávit primário (receitas menos despesas, exceto as financeiras) de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Em troca do

refinanciamento com prazo de 30 anos e juros subsidiados, o governo paulista terá de limitar as despesas com pessoal em 62% da receita líquida já em 1997. Também terá de cortar outros gastos de custeio e investimento, além de não realizar novas emissões de dívida mobiliária até o ano 2008.

O governo paulista vai entregar de imediato à União em torno de R\$ 5,3 bilhões em ativos de estatais, dos quais duas empresas — Ferrovias Paulistas S.A. (Fepasa) e Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) — serão incluídas no Programa Nacional de Desestatização na próxima reunião do Conselho Nacional de Desestatização, informou o ministro do Planejamento e Orçamento, Antônio Kandir. Na verdade, São Paulo quita imediatamente R\$ 7,4 bilhões. Os restantes R\$ 2,1 bilhões representarão a quitação de dívidas do setor elétrico paulista junto à Eletrobrás.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem que o acordo é vantajoso para ambas as partes, mas não quis revelar o custo da operação para o Tesouro Nacional. Ele admitiu, entretanto, que o impacto será de um aumento de R\$ 12 bilhões na dívida do Tesouro Nacional em mercado. "No conceito de dívida líquida, não haverá nenhum efeito, uma vez que a União passou a ter créditos contra São Paulo", afirmou Parente.

O objetivo do governo federal é a privatização do Banespa até novembro de 1998. Se o estado quiser ter o banco de volta, terá de entregar à União mais cerca de R\$ 10 bilhões em ativos. Covas deixou claro que, diante de tais custos, a Nossa Caixa-Nosso Banco passará a ser o banco do Estado de São Paulo. (Pág. B-1)■